



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

1 **Ata da 90ª Reunião da Gestão Coletiva da AGB.** Aos dias dois, três e quatro do mês
2 de novembro do ano de dois mil e seis, nas dependências dos Instituto de Geografia da
3 Universidade Federal de Uberlândia, na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais,
4 ocorreu a nonagésima Reunião de Gestão Coletiva – RGC – da Associação dos
5 Geógrafos Brasileiros – AGB, com a presença de membros da Diretoria Executiva
6 Nacional – Edvaldo Moretti, presidente, Manoel Calaça, vice-presidente, Jones Dari
7 Goetttert, primeiro secretário, Alexandre Bergamin, primeiro tesoureiro e Rodrigo
8 Martins, representante da AGB junto ao sistema Confea-Crea –, delegados das seguintes
9 Seções Locais: Augusto Assumpção (AGB-Rio de Janeiro), Felipe Moura Fernandes
10 (AGB-Niterói), Adriany de Ávila Melo (AGB-Uberlândia), Manoel Calaça (AGB-
11 Goiânia), Marcel Petrocino Esteves (AGB-Campinas), Nelson Rego (AGB-Porto
12 Alegre), Alexandre Bergamin (AGB-Presidente Prudente), Laurindo Pedrosa (AGB-
13 Catalão), Willian Rosa Alves (AGB-Belo Horizonte), Regina Célia Bega dos Santos
14 (AGB-São Paulo), Alex Marco M. Ferreira (AGB-Distrito Federal), Jones Dari Goetttert
15 (AGB-Dourados), Gizelle Prado (AGB-Cuiabá) e Marco Antonio Leonetti (AGB-
16 Uberaba); também estavam presentes Falcão, Selis, Vicente, Fernanda, Camila, Marcos,
17 Vânia e outras e outros transitórios (AGB-Uberlândia), Michel, Ivonaldo e Adriana
18 (AGB-Goiânia), Anízio (AGB-Uberaba) e Derly (AGB-Belo Horizonte). A RGC,
19 assim, contou com a presença de catorze delegados de Seções Locais e, também com
20 direito a voto, o representante da DEN, Edvaldo Moretti. A RGC teve início às catorze
21 horas e vinte minutos do dia dois. Inicialmente, o presidente da AGB, Edvaldo, saudou
22 a todas e a todos e agradeceu a presença e também a acolhida da AGB-Uberlândia; no
23 mesmo sentido, Selis (AGB-Uberlândia) saudou e agradeceu a presença de todas e de
24 todos. Em seguida, Edvaldo propôs uma inversão de ponto de pauta em função da
25 importância e urgência das questões pertinentes ao VI Fala Professor, ficando a pauta
26 com os seguintes pontos e sequência: A. PONTO PERMANENTE – Reforma
27 Estatutária da AGB:(1) Avaliação dos encaminhamentos (89ª RGC); (2) Novas
28 propostas de encaminhamento; B. Organização interna da entidade (3) Expediente:(3a)
29 Ata da 89ª RGC – Rio Branco;(3b) Informes da Diretoria Executiva Nacional;(3c)
30 Informes das Seções Locais. (3d) Expediente(4) Prestação de conta do XIV ENG (5)
31 Representações Nacionais da AGB (Foruns, Conselhos, etc...) (6) Comissões Temáticas
32 - retomada. (7) Revista Terra Livre. C. Fala Professor (8) Apresentação do projeto (9)
33 Deliberação sobre o projeto. D. XV Encontro Nacional de Geógrafos (10) Definição do
34 local sede do XV Encontro Nacional. E. Plebiscito - Participação da AGB no sistema
35 CREA. (11) Informes (12) Formato (13) Calendário F. Comunicação (14)
36 AGBinterseções (15) AGB-Noticias (16) Site www.agb.org.br G. Outros assuntos Em
37 seguida, Edvaldo abriu a pauta com o ponto Reforma Estatutária. Sobre o ponto não
38 houveram questões, e também nenhum outro ponto a respeito do Expediente. Seguindo,
39 Edvaldo informou que a DEN não dispunha da ata da octogésima-nona RGC, realizada
40 durante o 14º Encontro Nacional de Geógrafos em Rio Branco; informou, a respeito,
41 que estabeleceu contato com Marisia, ex-presidente da AGB, que informou não dispôr
42 da ata. Como encaminhamento, a questão ficou em aberto para a próxima RGC, em que
43 Edvaldo novamente buscará viabilizá-la. Nos informes, em seguida, Edvaldo, pela
44 DEN, informou que foi realizada uma reunião da DEN no dia dois de setembro do
45 corrente ano, em São Paulo, que buscou definir funções e atividades de seus membros,
46 como também discussões preliminares sobre o VI Fala Professor, o Plebiscito sobre a
47 continuidade ou não do credenciamento da AGB junto ao sistema Confea-Crea,
48 questões da revista Terra Livre, o fortalecimento e as estratégias na relação com as



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

49 locais, a comunicação via internet, o AGB-Notícias (digital), o cadastro de endereços e
50 e-mail das e dos associados solicitando, sobre isso, que as locais enviem os novos e-
51 mails dos sócios através da secretaria da DEN, sobre a o AGB-Interseções, que as locais
52 indiquem novas inscrições, além de criação de um grupo específico mais restrito para
53 comunicação entre DEN e as diretorias das Seções Locais buscando encaminhar as
54 questões de ordem mais burocrática, institucional e informativa, que a página-sítio da
55 AGB – www.agb.org.br – está em atualização com espaço para a divulgação das Locais,
56 esclarecendo também, a pedido de Calaça, a passagem do sítio “cibergeo” para o “agb”,
57 que envolvia o Jorge e o Hildenburgo e que, na gestão passado, por várias razões, o
58 Jorge assumiu a atualização e, para os novos encaminhamentos a respeito, a DEN
59 assume autonomia frente à questão posta pela DEN anterior. Sobre este assunto, Selis
60 lamentou o ocorrido e salientou o importante trabalho feito por Hildenburgo, também
61 ressaltado por Vânia, em especial, referente a trabalho de Hildenburgo apresentado em
62 Barcelona tratando de questões relativas ao espaço cibernético. Também Calaça
63 esclareceu que a DEN não entraria no embate entre Jorge e Hildenburgo, mas que a
64 RGC poderia decidir o contrário, pois ambos têm contribuições. Augusto contribui
65 apontando a possibilidade de parcerias para a criação e atualização da página e a
66 importância das Locais terem espaço no sítio, e Ivonaldo contribuiu apontando o
67 exemplo da criação do sítio da AGB-Goiânia, com custo de aproximadamente
68 setecentos reais. Em continuidade, Edvaldo informou que o Volume II dos Anais do 14º
69 ENG estavam prontos e à disposição, em um total de oitocentos, a serem entregues já
70 para as Locais para encaminharem a quem ainda não teve o trabalho publicado,
71 distribuindo cinco CDs por Local e, se precisassem mais, a DEN encaminharia.
72 Também informou sobre os certificados para quem apresentou trabalho no 14º e ainda
73 não retirou, que estão à disposição. Pediu que as e os presentes na Assembléia Geral
74 (Plenária Final) em Rio Branco, que assinassem uma lista que seria anexada à ata da
75 Assembléia. Por fim, justificou, a partir de documento enviado por e-mail à DEN, a não
76 possibilidade de participação da AGB-Três Lagoas e da AGB-Rio BRanco na presente
77 RGC. Em seguida passou-se aos informes da Seções Locais. Da AGB-Rio de Janeiro,
78 Augusto informou sobre a eleição da nova Diretoria para o biênio 2006-2008, assim
79 composta: diretor: Renato Emerson dos Santos; vice-diretor: Gilmar Mascarenhas de
80 Jesus; primeiro tesoureiro: João Batista da Silva; segundo tesoureiro: Augusto
81 Assumpção; primeiro secretário: Marco de Souza Paes; segundo secretário: Débora
82 Mendonça Silveira; coordenador de publicações: Renato Martins; e auxiliar de
83 coordenador de publicações: Pedro Henrique Gomes. Da AGB-Niterói, Felipe informou
84 sobre a Revista Fluminense de Geografia disponível *on line* com os números um e dois,
85 o que reduz os custos; informou sobre o processo de sucessão, reuniões para a
86 divulgação da AGB e a discussão de pontos da RGC, e a participação em mesa sobre
87 “Festa e Cidades”, na UERJ; como última informação, apresentou a composição da
88 nova Diretoria da AGB-Niterói para o biênio 2006-2008, como segue: diretor: Felipe
89 Moura Fernandes; vice-diretor: Bruno Ferraz Bartel; primeiro secretário: Fernando
90 Octavio Duarte Braga; segundo secretário: João Carlos de Mattos Freitas; primeiro
91 tesoureiro: Astrogildo Luiz de França Filho; segundo tesoureiro: Diana Ferreira
92 Barbosa; coordenadora de publicações: Ruy Moreira e Charlles da França Antunes;
93 coordenadoria de comunicações: Luis Guilherme da Silva Coelho; comissão de ensino:
94 Fabrícia Costa Corrêa e Tiago da Silva. Selis, da AGB-Uberlândia, informou sobre a
95 publicação da Folha AGB-Uberlândia, com o número um, de maio, e o número dois
96 para outubro, sobre as discussões em torno do site da AGB, sobre a participação nas



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

97 discussões relacionadas à revisão do Plano Diretor de Uberlândia, e também informou
98 os nomes da nova Diretoria, como segue: diretores: Sélis Brandão e Douglas Divino;
99 secretários: Luiz Fernando e Emerson Malvino; tesoureiros: Dayane Zandonadi e
100 Djalma Bezerra. Sobre a AGB-Campinas, Marcel informou sobre encaminhamentos da
101 atual gestão, como o fortalecimento institucional, a aprovação do regimento depois de
102 vinte anos de existência da AGB-Campinas, a abertura de processo para a eleição da
103 nova diretoria e relatou as atividades da Local dos últimos dois anos. Sobre a AGB-
104 Porto Alegre, Nelson informou da eleição da nova diretoria e a busca de recuperação
105 das relações com a DEN, dificultada por questões internas nas duas gestões anteriores;
106 sobre o pagamento de alíquotas atrasadas, a reativação das associações com mais de
107 oitenta sócios novos com a Seção já contando com mais de quatrocentos associados; a
108 não publicação, nos últimos três anos, do Boletim Gaúcho de Geografia, mas com dois
109 números já prontos para serem lançados ainda neste ano; a dinamização do site e do
110 Jornal Mural “Carta Geográfica”; a organização de um “Fala Professor” regional, um no
111 interior e outro em Porto Alegre; a organização, em onze de novembro, de evento sobre
112 a situação do bacharel, atuação e potencialidades; sobre os encaminhamentos do
113 Encontro Estadual que será, em dois mil e sete, em Santa Maria; sobre os
114 encaminhamentos do “Café Geográfico”; e, por fim, a composição da nova diretoria da
115 AGB-Porto Alegre. Calaça, da AGB-Goiânia, informou sobre as intensas atividades da
116 Local nos últimos anos e, mais recentemente, a caravana para Rio Branco e RGCs;
117 sobre evento que debateu o Plado Diretor – “Plano Diretor em Debate” – em Goiânia;
118 sobre o Sexto Simpósio de Geografia Física, em setembro; sobre a relação estreita com
119 o CREA, com parcerias como na luta pela inconstitucionalidade de lei de expansão
120 urbana de Goiânia ferindo o plano diretor e com recurso junto à Câmara de Goiânia
121 sobre o cargo “Analista Ambiental” impossibilitar a inscrição de geógrafos; sobre a
122 organização da Nona Semana de Geografia em outubro último e do Seminário “Cidade
123 e Educação”, também em outubro; por fim, apontou a discussão que buscará a
124 construção de um Curso de Especialização para agebeanos de Goiânia. Michel, também
125 da AGB-Goiânia, reforçou a questão da importância da área jurídica do CREA em
126 Goiânia, junto à AGB. Da AGB-Presidente Prudente, Alexandre informou sobre a
127 organização da Sétima Semana de Geografia, em agosto último; sobre o Caderno
128 Prudentino de Geografia e sobre a eleição da nova Diretoria da Local para o biênio
129 2006-2008, assim composta: diretora: Cláudia Marques Roma; vice-diretor: Raulo
130 Borges Guimarães; primeiro secretário: Clayton Ferreira Dal Pozzo; segunda secretária:
131 Cristina Buratto Gross Machado; primeiro tesoureiro: Gilnei Machado; segundo
132 tesoureiro: Paulo Fernando Jurado da Silva; coordenador de publicações: Eliseu Savério
133 Sposito. Da AGB-Catalão, Laurindo informou a participação na discussão do novo
134 currículo de Geografia, a relação entre os campus de Jataí e Catalão com professores da
135 rede básica de ensino; salientou o desenvolvimento de atividades internas e externas da
136 AGB, que é boa na região mas que é necessário dar maior visibilidade das ações; a
137 AGB vem colaborando e assessorando entidades, movimentos sociais (como o
138 Movimento dos Pequenos Agricultores) e promotorias públicas, sobre recursos minerais
139 e energéticos e subsídios, além de parceria na promoção de eventos; informou sobre a
140 possibilidade de um renúncia coletiva da diretoria para uma nova composição, com
141 novas participações; também, informou sobre a organização do Décimo Encontro
142 Regional de Geografia, em dois mil e sete. Jones, da AGB-Dourados, informou sobre a
143 participação, em setembro, do XIV Encontro de Geógrafos do Mato Grosso do Sul, em
144 Três Lagoas; sobre os encaminhamentos para a eleição da nova diretoria; e sobre a



145 participação na organização do II Encontro Regional de Geografia, que será entre
146 quinze e dezessete de novembro. Após os informes da DEN e das Locais, Edvaldo
147 frisou a necessidade de que as atividades das Locais tenham maior visibilidade,
148 principalmente através do sítio da AGB, daí a importância do contato com a DEN. Em
149 seguida, Edvaldo apresentou propostas da DEN, discutidas em reunião da diretoria em
150 São Paulo: primeira, a possibilidade da Seção Local, sede de RGC, dividir os gastos
151 com a DEN no custo – transporte, hospedagem e alimentação – do presidente da DEN.
152 Nelson entendeu como justa a proposta; Michel aludiu à importância da solidariedade
153 das demais locais; Augusto apontou a importância de não sobrecarregar as outras locais,
154 uma vez que já tem gastos com os seus delegados; Falcão contribuiu observando que já
155 na diretoria presidida por Douglas Santos, aventava-se a formulação de uma política de
156 finanças da entidade, e era necessário, agora, retomar a discussão; da mesma forma,
157 salientou que as Locais repassam vinte por cento à DEN, que a Local que sedia a RGC
158 já tem despesas e a divisão dos custos acarretaria em maior penalização das Locais sede;
159 daí, que politicamente parecer complicada a proposta; talvez, salientou, seria pertinente
160 democratizar as despesas de todos com todas as Locais, somando e dividindo tudo.
161 Novamente Augusto contribuiu observando que o custeio de membros da DEN por
162 vezes de seu com recursos advindos de projetos de pesquisa, e que hoje está mais
163 complicado; como encaminhamento, apontou que a questão e decisão deva ser tomada
164 por discussões nas Locais. Selis contribuiu apontando a necessidade de criação de uma
165 política de finanças para a entidade, como havia salientado Falcão, pois talvez nem
166 todas as Locais tenham condições de colaborar. Alexandre, na mesma direção de
167 Augusto, apontou que o melhor encaminhamento seria a passagem da questão para a
168 discussão nas Locais, com as contribuições e decisão na próxima RGC. O
169 encaminhamento foi aprovado. Segunda: a realização de trabalhos de campo nos locais
170 das RGCs. Leandro contribuiu dizendo que a proposta de trabalho de campo deve ser
171 uma construção coletiva até como fomento para a discussão política. Augusto
172 contribuiu dizendo ser complicado um trabalho de campo uma vez que o tempo de RGC
173 já é pequeno, com RGCs em finais de semana, o que reduziria ainda mais o tempo para
174 as discussões. Calça contribuiu dizendo que, na gestão do Bernardo, na RGC de
175 Campinas, tentou-se um debate nessa direção com o intuito de resgate de atividades já
176 realizadas na AGB, com trabalhos de campo antecedidos de debate; contudo, cada local
177 apresenta suas especificidades que devem ser consideradas. Selis contribuiu dizendo
178 não ser simpático à idéia, uma vez que pode “inchar” ainda mais a agenda da AGB se se
179 restringir à organização de eventos, perdendo oportunidades de discutir temas
180 importantes nacionalmente, dentre outros; e, acarretando mais uma despesa. Jones
181 contribuiu apontando que o pragmatismo tende a enfraquecer os debates e a troca de
182 experiências, podendo-se ao mesmo tempo construir discussões profundas e buscar
183 alternativas para a realização do trabalhos de campo pelas Locais. Nelson propôs como
184 encaminhamento a discussão para as Locais e também pensar uma política financeira
185 para a entidade. Antonia contribuiu apontando que as dificuldades existem, mas insistiu
186 com a necessidade da solidariedade, das amigadas. Edvaldo, em acato à posição de
187 Nelson, também propôs o encaminhamento da discussão para as Locais e decisão na
188 próxima RGC. Em seguida, passou-se à discussão da prestação de contas do 14º ENG
189 (VER DADOS COM ALEXANDRE) Alexandre esclareceu que o balancete fora feito
190 por ele e não por um contador. Apontou que, como é de praxe, na Local sede do
191 encontro, no caso em Rio Branco, ficou um computador, uma impressora e um
192 estabilizador; que o orçamento foi sendo feito no processo do evento e não previamente,



193 portanto, mais como previsão de despesas. Salientou que a DEN tem três contas e, em
194 função do processo de uma a outra diretoria, ainda não há possibilidade de consulta de
195 saldo de conta. Edvaldo salientou que, na reunião da DEN, decidiu-se sobre alguns
196 gastos da DEN, sendo já adquirido um “notbook” e em encaminhamento um melhor
197 computador na secretaria, em São Paulo. Ivo perguntou sobre os valores das
198 contribuições das Locais. Alexandre respondeu que girava em torno de quinze mil reais,
199 com fechamento exato até o fim do ano. Salientou, novamente e por isso, a necessidade
200 de uma política financeira. Augusto ressaltou a necessidade de repassar os dados para as
201 Locais, em especial no fechamento do fim de ano, o que foi reiterado por Edvaldo como
202 encaminhamento. Sem seguida, Edvaldo abriu a discussão sobre as representações da
203 AGB em fóruns nacionais, em ênfase à discussão e indicação das Locais. Augusto
204 contribuiu resgatando discussão de Bauru, que propunha reflexões a partir dos grupos
205 de trabalho nas Locais possibilitando fóruns nacionais de discussão, e sem
206 personificação; ou seja, a partir dos grupos de discussão, um pensamento unificado da
207 entidade, fortalecendo a Nacional. Falcão solicitou que se esclarecesse quais eram os
208 fóruns nos quais a AGB tinha participantes. Edvaldo e Alexandre apontaram: Conselho
209 Nacional das Cidades e Reforma Urbana, atualmente representado por Arlete Moisés
210 Rodrigues. Alexandre exemplificou com o caso ocorrido junto ao MEC, na gestão de
211 Bernardo, que se desdobrou em um conjunto de questões no processo; daí: como indicar
212 caso haja demanda imediata? Edvaldo salientou que a DEN atual não indicará
213 isoladamente. Selis apontou a questão da participação, pela AGB, no Conselho
214 Nacional das Cidades e disse não crer que a proposta do Augusto funcione, porque há
215 dificuldades na indicação; sugeriu, então, que a questão passasse pelo AGB-interseções;
216 exemplificou com o seu contato com o CREA e que se dá, em Uberlândia, na
217 participação das câmaras técnicas do CREA. Willian contribuiu dizendo, e
218 esclarecendo, que, sobre os nomes ao Conselho Nacional de Educação, Bernardo o fez
219 em *ad referendum*, sendo que primeiro a RGC rejeitou e depois aprovou; insistiu que as
220 Locais sejam fóruns de consulta da AGB, com a necessidade de debater sempre, com
221 sensatez das diretorias, primando, por isso, pelo processo e circulação de informações,
222 respeitando dissensos, e encaminhou no sentido de que de fato funcionem os canais de
223 informação e comunicação. Falcão contribuiu dizendo que, com respeito à trajetória das
224 RGCs, a AGB deve ser mais ágil em alguns procedimentos; entre as RGCs, a DEN deve
225 ter a prerrogativa de consultar das Locais, mas podendo e devendo, quando necessário,
226 tomar decisões provisórias, *ad referendum*, mesmo com questionamentos, insistindo
227 que, muitas vezes, há uma ficção do que seja democracia na medida que falamos muito
228 e talvez na prática não sejamos democráticos; há Locais que fazem, e isso deve ser
229 respeitado, observou. Augusto novamente contribuiu apontando no mínimo duas
230 possibilidades de trabalho, com fóruns específicos ou nas RGCs. Edvaldo, buscando
231 sintetizar as contribuições, fez três encaminhamentos: que o processo passasse pelas
232 RGCs, pelos fóruns de discussão, e que as situações emergenciais pudessem ser
233 encaminhadas pela DEN com a posterior discussão e definição nas RGCs. Regina, em
234 aproximação, insistiu com a necessidade de definição de metodologias, mas entende que
235 há demandas cotidianas e exemplificou com o caso da Rádio Câmara que solicitou a
236 posição da AGB sobre a questão de apenas um por cento de geógrafos bacharéis estarem
237 exercendo a atividade; outro exemplo que apontou foi sobre a relação AGB e SBPC,
238 sendo que o ABG-interseções deve ser canal importante de discussão. Sobre o último
239 exemplo, Willian e Edvaldo ressaltaram que a AGB é associada à SBPC. Falcão
240 contribuiu apontando a necessidade de que a DEN tivesse uma pessoa para fazer as



241 articulações-contatos institucionais junto à SBPC, inclusive intervindo mais junto às
242 reuniões da SBPC. Willian, então, propôs como ponto de pauta para a próxima RGC a
243 questão da SBPC, porque, por exemplo, a AGB tem atuação importante na discussão
244 sobre a transposição do rio São Francisco e sobre o financiamento da Educação Básica,
245 com posição semelhante da SBPC; mais que um ponto de pauta, falta à AGB um
246 posicionamento mais profundo, reiterou. Edvaldo voltou às propostas, apontando que,
247 primeiro, poderia dos Grupos de Trabalho sair os representantes; segundo, que as locais
248 indicassem nomes pelos canais da AGB daí havendo a indicação; e, terceiro, podendo
249 ocorrer as duas coisas dependendo de cada questão, emergenciais ou não. Ivo contribuiu
250 apontando a possibilidade de discussão e votação *on line*, para maior rapidez. Willian
251 contribuiu insistindo com a questão da responsabilidade e compromisso da entidade
252 sobre questões nacionais, dando mais conteúdo às discussões e posicionamentos; fez
253 menção, como exemplo, aos PCNs: a AGB deve discutir para não ser levada pelas
254 pautas do Estado. Ressaltou a confiança na DEN, sendo a autoridade para
255 encaminhamentos rápidos, podendo se discutir posteriormente sobre lisura, e que toda
256 proposta deve primar pela participação. Calça apontou os contínuos problemas na
257 relação da DEN com as Locais e o desgaste proveniente e ressaltou o crédito de
258 confiança na DEN, devendo-se, sempre, discutir, consultar e amadurecer posições sobre
259 importantes questões nacionais, sendo que para algumas questões a AGB já tem
260 amadurecimento, como sobre a questão urbana. Selis contribuiu dizendo que parece que
261 a AGB tem preocupação em avançar em algumas questões que se colocam como
262 demandas, mas, muitas vezes, perde-se o “bonde da história” com isso, daí que a AGB
263 não pode ficar amarrada só em discussão, por que, pergunta, o que temos feito, afinal?,
264 quais são nossas posições, por exemplo, sobre questões nacionais, porque tudo fica
265 amarrado em discussões que não tem fim. Alexandre ressaltou que a AGB não se
266 resume e não pode se resumir há apenas eventos e publicações, e que a DEN se faz a
267 partir das Locais, por isso o debate deve transitar das Locais para a Nacional e vice-
268 versa. Augusto reafirmou a necessidade dos grupos de trabalho, na medida em que
269 também refletem o trabalho das Locais, sendo que a DEN deve se utilizar das
270 discussões para suas posições e são dos grupos que devem sair os representantes, da
271 política de base para a política da entidade, insistindo com a necessidade de discussão
272 de base. Michel contribuiu apontando que muitas vezes se discute, mas não há a devida
273 sistematização, nem o consenso e nem a posição da DEN; pensa no fortalecimento da
274 classe como as outras entidades representativas e pergunta, onde reside o nosso ponto
275 forte? Regina observou que há uma questão anterior a tudo isso, a questão estrutural que
276 se coloca para a AGB, porque se não há uma posição sobre as questões candentes da
277 sociedade podemos estar fora de sintonia, o que seria um absurdo, ou falta uma maior
278 articulação com as locais; nesse sentido, apontou que discutir os eventos é importante
279 para nos posicionarmos, também nos eventos, sobre as questões candentes da sociedade;
280 que os GTs são incipientes mas devem ser fortalecidos, e que os eventos decorram
281 dessas discussões nas Locais, criando instrumentos para o fortalecimento da entidade.
282 Falcão reiterou a autonomia relativa da DEN para as indicações emergenciais. Calça
283 propôs uma proposta convergente. Edvaldo sistematizou as propostas, com aprovação
284 unânime: que as demandas sejam encaminhadas ou para os GTs, ou Locais ou RGCs,
285 cabendo à DEN as emergências. Em seguida, Edvaldo abriu as discussões em torno das
286 Comissões Temáticas, outra demanda proveniente da reunião da DEN. Iniciou dizendo
287 que se deve encaminhar o processo para toda a AGB, em um movimento consistente e
288 com a participação dos sócios; como fazer, esta é a questão. Augusto contribuiu dizendo



289 que as CTs vão surgir pelas questões que se colocarem nas Locais, mas não se pode
290 repetir coisas feitas no passado, de CTs formar grupos que hoje tem eventos paralelos à
291 AGB; apontou a importância de produção de cadernos de discussão, tanto para o local
292 como para o nacional. Falcão solicitou esclarecimento sobre quais os eventos
293 cancelados pela AGB. Alexandre esclareceu que, pela DEN, apenas o Fala Professor e
294 o Encontro Nacional de Geógrafos e que, nos Simpósios, geralmente as Locais
295 participam como parceiras. Falcão, em depoimento, apontou a ausência da AGB
296 Nacional no SIMPURB de Manaus, sendo que a AGB também aparece como
297 organizadora do evento e que o evento parece ter sido sempre cancelado pela AGB;
298 mas, em participação no evento, constatou a ausência da AGB mesmo tendo a
299 informação da disponibilidade, inclusive, de uma passagem para um representante da
300 DEN, mas ninguém foi. Daí, que a AGB precisa se posicionar sobre e nos Simpósios
301 porque não há uma relação orgânica; lembrou, também, que no passado a AGB já teve
302 comissões que redundaram, por exemplo, no Fala Professor. Vânia contribuiu dizendo
303 que hoje não acontece mais da AGB ser expulsa de Simpósio, como por ventura poderia
304 ser aludido. Alexandre insistiu que os simpósios não são eventos da AGB, mas que
305 geralmente as Locais tem participação na organização; sobre o evento de Manaus,
306 apontou que em nenhum momento a DEN foi convidada para o Simpósio. Willian
307 contribuiu dizendo que o SIMPURB transitou da hostilização ao convite em relação à
308 AGB, e que, inclusive, em 1999, foi feita um proposta no SIMPURB em Presidente
309 Prudente da possibilidade de acordo para que a comissão de organização fosse
310 ampliada, com a participação da AGB, e não foi aceita; ressaltou que há uma
311 apropriação da AGB ao mesmo tempo que a AGB tem uma importante participação.
312 Insistiu que devem existir CTs, tornando orgânica a discussão e a participação. Nelson
313 contribuiu observando que já se chegara a um consenso de instituir as representações na
314 AGB, vinculando-as às CTs; contudo, insistiu sobre qual seria o momento formal de
315 discussões, inclusive nas RGCs, buscando construir um pensamento da AGB e
316 enfeixadas pelas CTs. Regina, retornando ao assunto do SIMPURB, também ressaltou
317 que o Simpósio nasceu dentro de CTs, na Comissão de Assuntos Urbanos, de São
318 Paulo, com um grupo que buscava produzir um evento específico, e em Presidente
319 Prudente foi perceptível que a ruptura com a AGB estava clara. Calaça contribuiu, sobre
320 os eventos temáticos, que são eventos que surgiram com quem não concordava com as
321 dinâmicas da AGB pós-1978 e apontou como exemplo o ENGA, mas que hoje já há um
322 encontro mais aberto; propôs, como encaminhamento, um cadastro de CTs da DEN,
323 com relatórios e boletins com periodicidade para que sejam considerados ativos ou não.
324 Falcão, retornando à questão do SIMPURB de Manaus, observou que não disse que a
325 comissão organizadora usou a AGB; apontou que há espaço para a participação e que
326 devem ser ocupados, e que, em Manaus, inclusive, na plenária final o “núcleo duro”
327 perdeu a proposta de local do próximo evento, que foi para Florianópolis. Propôs, então,
328 que a DEN fizesse gestões junto à Local de Florianópolis para participar mais
329 ativamente do próximo SIMPURB. Sobre as CTs, que sejam criadas a partir do que já
330 se tem nas Locais, e que só pelas CTs é que a AGB tem condições de se posicionar
331 sobre as questões de interesse, com acúmulo de discussão e produção. Augusto, em
332 nova contribuição, insistiu com o fortalecimento das CTs nas Locais e que os CTs
333 estejam presentes nos encontros, seja qual for, possibilitando que a AGB se posicione
334 ali e para além dele, evidenciando sua linha política. Felipe contribuiu apontando a
335 renovação dos quadros das Locais Rio e Niterói, principalmente com estudantes, daí
336 devendo-se reforçar as CTs como espaço de formação política e de conteúdo dos



337 agebeanos; que as RGCs devem ter espaço para essas discussões. Calaça novamente
338 contribuiu apontando a necessidade de criar um mecanismo que viabilize o debate como
339 subsídios para a DEN, através das assembleias das Locais, com posições que se fazem
340 dos Locais para a DEN e no interior das RGCs. Willian ressaltou a importância da
341 memória das CTs, e que a temporalidade dos simpósios fora da AGB não são da AGB;
342 que as comissões devem se fortalecer em uma temporalidade que se defina também
343 pelas demandas da sociedade, como a questão do agronegócio, de escalas diversas,
344 desde a urbana à internacional, construindo um mapa das questões, e pergunta se as
345 nossas questões dão conta das demandas postas. Selis, contribuindo sobre a estruturação
346 da AGB, apontou as CTs como a base para se tirar posições, como na ANPEDE com
347 reuniões no seu interior; com as CTs se organizando como grupos de pesquisa e estudo,
348 também, na AGB. Edvaldo apontou que a DEN, com a participação das Locais, deve
349 levantar os grupos existentes, e que no interior do sítio da AGB tenha espaço para as
350 CTs, inclusive recuperando a ata da RGC de Bauru com discussões sobre a questão; e
351 também resgatar a memória dos GTs começando pelo trabalho das Locais,
352 historicizando suas participações. Falcão insistiu na idéia de que tenha espaços
353 específicos para as CTs apresentarem o resultado das discussões, também apresentados,
354 com seus resultados, nas RGCs. Todos os encaminhamentos foram aprovados por
355 unanimidade. Em seguida Edvaldo abriu as discussões em torno da revista Terra Livre.
356 Edvaldo relatou os pontos da discussão da reunião da DEN, para uma discussão mais
357 imediata dos próximos quatro números, e em outro momento uma discussão mais
358 profunda sobre a revista. Apontou como sugestão para os próximos quatro números:
359 número vinte e sete, tema livre; número vinte e oito, o tema do VI Fala Professor (os
360 dois para o ano de dois mil e sete); o número vinte e nove, tema livre; e o número trinta,
361 o tema do XV ENG (os dois para o ano de dois mil e oito); sobre o valor da assinatura,
362 apontou oitenta reais para sócios e cento e vinte para não-sócios, com kits de revistas
363 grátis para novas assinaturas; que estão sendo dados os encaminhamentos para que a
364 revista figure junto ao *qualis* internacional, sendo que a comissão está seguindo alguns
365 procedimentos que devem ser respeitados; e, que os últimos quatro números já estão
366 digitalizados e serão disponibilizados no sítio da AGB. Em discussão, Regina contribuiu
367 apontando a importância em articular os temas da Terra Livre às CTs, talvez a de
368 número vinte e nove com temas candentes ligados às Comissões, provenientes delas.
369 Rodrigo contribuiu para que compareça, na Terra Livre, a temática do plebiscito,
370 também, com um ou outro artigo. Willian contribuiu observando a necessidade de
371 transparência em relação a prazos, normas, procedimentos e temáticas; sobre
372 assinaturas, apontou que já ocorreu da distribuição se dar para outros antes dos
373 assinantes e que há assinantes que ainda não receberam. Edvaldo, sobre o apontamento
374 de Willian, explicou que a editora enviou primeiro aos intercâmbios e apenas depois
375 para os assinantes e que, sobre os assinantes que não receberam, muitas voltam por
376 mudança de endereço, como informou a AGB-Goiânia, por isso a necessidade de
377 contato com a DEN para a atualização de endereços; e que, por enquanto, a Terra Livre
378 será só impressa. Willian também contribuiu dizendo que os temas da Terra Livre não
379 devem reproduzir as gavetas, as fragmentações na Geografia. Edvaldo propôs que o
380 número vinte e nove seja tema livre mas sinalizando para a produção das CTs; propôs
381 que, inicialmente, o debate sobre o plebiscito seja parte do AGB-Notícias. Calaça
382 contribuiu dizendo que a Terra Livre deve continuar como veículo de publicação de
383 produção científica e não posicionamento político, como a questão do plebiscito.
384 Rodrigo asseverou que não há produção científica desvinculada de posicionamento



385 político. Calaça insistiu que é contrário ao encaminhamento do sim e do não na relação
386 AGB/Confea-CREA. Edvaldo encaminhou que, sendo tema livre no número vinte e
387 nove, artigos encaminhados sobre a relação AGB/Confea-Crea podem ser
388 encaminhados como qualquer outro, passando pelos mesmos critérios de pareceres, de
389 aceitação ou não. Por fim, perduraram os temas propostos inicialmente para os
390 próximos quatro números da Terra Livre, com aprovação unânime. Os trabalhos no dia
391 dois se encerraram às dezenove horas e cinquenta minutos; no dia três, recomeçaram às
392 oito horas e trinta minutos. Primeiramente, foram anunciadas as chegadas de delegados
393 de Brasília, Alex, de Cuiabá, Gisele, e, de Uberaba, delegado Marco (ou OMAR?) e
394 mais Anísio. Em seguida, Edvaldo insistiu com a importância de distribuição da revista
395 Terra Livre para todas as Locais e, sobre o financiamento da revista, que as Locais
396 comprem e levem para revenda e que haja assinaturas por Locais. Calaça contribuiu
397 ressaltando a dificuldade de financiamento, por exemplo, com tiragem menor com custo
398 maior por revista, sendo importante que se pense em um número mínimo de assinaturas
399 por Local para garantir recursos mínimos. Augusto apontou o encaminhamento de que
400 as assinaturas sejam discutidas nas Locais. O encaminhamento foi aprovado e Edvaldo
401 observou que as decisões das Locais podem ser enviadas pelos meios de comunicação
402 da AGB, sem necessidade de espera para a próxima RGC. Em seguida, passou-se à
403 apresentação do projeto do VI Fala Professor (de acordo com anexo 1), por Adriany, de
404 Uberlândia. Adriany historiou o processo, desde o Congresso em Goiânia, em que as
405 discussões se deram em parceria entre a AGB-Uberlândia com convite a professores da
406 rede, e destacou a presença do professor Augustinho, e outras instituições, sendo,
407 portanto, um trabalho coletivo. Fez a exposição do projeto, com a complementação de
408 Vânia que insistiu que a proposta é inicial e por isso em aberto; ressaltou que em dois
409 mil e sete farão vinte anos do primeiro Fala Professor, um evento impactante na UnB,
410 resultado de discussões de várias Locais sendo sua realização aprovada no ENG de
411 Campo Grande, em 1986; porque “Fala Professor”?, pela necessidade de professores de
412 primeiro e segundo grau participarem (hoje ensino fundamental e médio), porque
413 muitos também pesquisam e o evento trás possibilidades de divulgação, buscando
414 conhecer a *fala* desses professores; que as discussões para o I Fala Professor também
415 contaram com grande troca entre as seções Brasília e Uberlândia, também um trabalho
416 coletivo, em sintonia com a AGB Nacional, como um marco das propostas e atividades
417 da AGB, ramificando-se nas Locais; daí a possibilidade de realização do VI Fala
418 Professor em Uberlândia, ressaltando a necessidade de clareza sobre disponibilidade de
419 espaço físico, mas possível de adequação pela estrutura e programação. Também como
420 parte da equipe que elaborou o projeto em exposição, Falcão aludiu aos pressupostos
421 filosófico-políticos do evento. Vicente, por sua vez, também insistiu que a proposta está
422 em aberto, mesmo que se apresente como uma proposta mais concreta, incluindo
423 questões polêmicas que podem e devem ser melhor discutidas; também insistiu na
424 importância do evento para toda a organização, a visibilidade e o papel da AGB, da
425 Geografia, a participação de gente nova também na AGB, sobre Uberlândia como
426 referência regional em especial nas questões relativas ao Ensino de Geografia. Falcão,
427 em nova contribuição, ressaltou a relação entre emoção e razão, citando inclusive
428 Bertrand Russel, em “não temerás o raciocínio...”, e Milton Santos, “o sonho obriga o
429 homem a pensar”; que o propósito de assumir e organizar o VI Fala Professor, ressaltou
430 como compromisso que emana também de seus trinta e quatro anos de AGB, fazendo
431 Geografia desde o dia em que pisou na faculdade, inclusive na ditadura militar, e como
432 educador há trinta e seis anos; daí ressaltando que tanto se é agebeano como profissional



433 de uma instituição pública, também como o resultado de lutas externas e internas; que o
434 VI Fala Professor será organizado entre AGB Local, DEN e Instituto de Geografia da
435 UFU; que o trabalho da AGB-Uberlândia é ativo desde meados dos anos oitenta,
436 inserindo-se nos debates mais gerais e, aqui especificamente, nas questões da Educação;
437 e que, em respeito às decisões da 90ª RGC, a organização deve ter a confiança e apoio
438 em todo o processo. Selis contribuiu observando que este é um projeto bonito que está
439 para ser apreciado, um trabalho coletivo junto com a AGB-Catalão e que se apresenta
440 sem nenhuma sugestão desde que foi divulgado junto à AGB-interseções. Edvaldo, em
441 discussão, observou que a AGB-BH já havia manifestado considerações a respeito do
442 projeto inicial, no AGB-interseções. Willian apontou a necessidade de definição de
443 encaminhamento sobre o processo de discussão em torno do VI Fala Professor.
444 Edvaldo, então, abriu as discussões em torno dos esclarecimentos sobre o projeto. Os
445 esclarecimentos se deram em torno das salas e públicos, por Augusto, sobre cronograma
446 executivo, por Willian, sobre a previsão do número de participantes e custos, por
447 Laurindo, sobre a relação com a reitoria da UFU e os trabalhos de campo, por Jones.
448 Adriany e Falcão esclareceram dizendo que a disponibilidade é o bloco três da
449 Universidade, com possibilidade de outras opções, que o cronograma e a organização
450 está à espera desta RGC sabendo que há prazos que devem ser cumpridos para o pedido
451 de financiamentos, que ainda não há planilha de custo, nem orçamento, que o público
452 estimado, por enquanto, é em torno de mil participantes, que a relação com a reitoria já
453 foi feita mas ainda dependente dos acertos na RGC sobre estrutura, que os trabalhos de
454 campo se darão com preço de custo, devendo ocorrer a contratação de serviços de
455 transporte com pessoas da área, com cunho de trabalhos de ensino-aprendizagem talvez
456 convidando algumas agências de turismo para o transporte e também patrocínio, que a
457 UFU tem compromisso muito grande com este tipo de evento. Ainda sobre
458 esclarecimentos, Adriana e Michel da AGB-Goiânia questionaram os encaminhamentos
459 da AGB-Uberlândia em terem desprezado discussão e decisão de plenária final do XIV
460 ENG sobre outras participações na organização, como Goiânia e Catalão. Adriany, da
461 AGB-Uberlândia, salientou que antes de Rio Branco havia-se realizado uma reunião
462 com todas estas Locais, depois contatadas via emails, e se as informações não chegaram
463 foi em função de problemas de comunicação. Falcão também se posicionou dizendo que
464 a AGB-Uberlândia leva à frente a organização do Fala Professor junto com os membros
465 da DEN, juntamente com Locais que efetivamente estiverem presentes, trabalhando, e
466 que é preciso agir e não ficar com democratismo barato, mas com transparência. Michel
467 novamente insistiu com leitura de parte da ata da Assembléia do XIV ENG em que
468 Goiânia aprova a indicação de Uberlândia na medida que havia o apoio da Instituição e
469 a construção efetivamente coletiva com outras Locais. Adriany insistiu que o problema
470 foi de comunicação, e Vicente atentou para o fato de que a AGB é uma entidade
471 nacional e não é o caso de especificar as Locais, que as parcerias entre as Locais
472 nasceram da organização do Congresso que Goiânia esteve à frente, e agora está à frente
473 Uberlândia por uma questão também logística, de proximidade, necessitando que se
474 tome cuidado de como as questões são colocadas. Edvaldo acrescentou que na
475 organização do evento as Locais se inserem nas comissões, e que neste caso também
476 deve ser assim. Em continuidade e em debate, Willian se desculpou pela demora do
477 envio das contribuições, e propôs inicialmente a discussão de conteúdo e depois a
478 relação Geografia-Educação, com o pronunciamento de cada Local presente. Gisele não
479 se pronunciou sobre o projeto em função de não discussão anterior na local. **Omar**
480 contribuiu dizendo que em Uberaba foi feita uma discussão, mesmo que inicial,



481 apontando o seguinte: necessidade de discussão contemplando as políticas públicas e a
482 realidade da escola pública; um evento menos academicista e mais voltado à “fala” de
483 professores da Educação Básica; temas como valorização profissional, condições de
484 trabalho, disciplina, currículo, livros didáticos, avaliação, e de que em cada mesa redonda
485 tenha a participação de um professor da escola pública; eventos locais preparatórios
486 para o VI Fala Professor; expansão de parceiros no evento; mesa de abertura sobre o
487 tema valorização do professor e mesa redonda ou grupo de trabalho sobre geografia e
488 políticas públicas; e a participação dos sindicatos da região. Jones contribuiu apontando
489 que o projeto atenta para a diversidade de fazeres e concepções. Alexandre contribuiu
490 atentando para que o evento não seja apenas voltado à Educação formal, mas também a
491 outras questões para além da formalidade; para a necessidade de permanência dos
492 trabalhos de campo; que os mini-cursos não se dêem para o simples consumo e
493 reprodução de certificados. Willian contribuiu dizendo que as propostas da AGB-BH se
494 originaram de três reuniões da Comissão de Ensino, algumas delas já parte do projeto
495 apresentado na RGC pela AGB-Uberlândia; destacou, contudo, que: necessidade de
496 explicitação de princípios, atribuições e estratégias do evento; a historicidade do Fala
497 Professor como parte da relação AGB-ensino de Geografia; questões referentes ao
498 número de mesas redondas, mini-cursos e necessidade de espaço importante para os
499 Grupos de Trabalho; sobre trabalhos e aceitação; sobre a participação como autor e/ou
500 co-autor de trabalho, buscando inibir o produtivismo; sobre relação com a SBPC e sobre
501 taxa de inscrição e categorização, proposta que esta última se restrinja à condição de
502 associado e não-associado sem outras segmentações; sobre a importância da
503 participação do governo local na inscrição de professores; sobre a necessidade de
504 resgate da memória do Fala Professor, coletivamente construído; sobre os trabalhos de
505 campo que importantes para AGB, significativos, e que devem ser organizados pela
506 entidade e pela Geografia e não por empresas, por exemplo. Augusto contribuiu
507 apontando a importância e a necessidade de ampliação dos Espaços de Diálogos e
508 Práticas – EDPs –, que em certos eventos acabaram se tornando comunicações livres;
509 sobre a necessidade de fortalecimento dos Grupos de Trabalho – GTs –, articulando-os
510 aos EDPs; ressaltou as experiências da AGB-Rio em Vivências Participativas – VPs –
511 articulando EDPs e GTs e também em relação aos Trabalhos de Campo – TCs –,
512 enfatizando a relação teoria, prática, campo e experiência; que os mini-cursos parecem
513 fugir à idéia de Fala Professor, de quem fala, afinal. Felipe contribuiu atentando sobre a
514 concepção do encontro, quais seus princípios; necessidade de partir das concepções e
515 não necessariamente de um projeto ou pré-projeto; do reduzido espaço para os EDPs e
516 para as discussões políticas da entidade; atentar para os tempos diferentes e os EDPs
517 surgem como contraponto ao tempo da não-troca, e sim da democratização e troca
518 efetiva; sobre as modalidades dos trabalhos uma vez que a sua categorização no projeto
519 ainda não dá conta de sua diversidade; buscar o não-veto a trabalhos; sobre as VPs,
520 articulá-las aos GTs e TCs; sobre eixos, a necessidade de uma discussão sobre políticas
521 educacionais de forma mais ampla – talvez um eixo transversal; e espaço maior para a
522 discussão sobre formação do professor. Calaça contribuiu insistindo que o processo
523 deve ser pensado coletivamente, de toda a AGB, com dinâmicas que são comuns; que as
524 posições de Goiânia devem ser vistas como perspectiva de contribuição e de disposição
525 em colaborar; que o projeto está bom, que há incorreções, mas vale à pena a construção
526 ampla e coletiva; sobre o tamanho do encontro, as Comunicações Coordenadas – CCs –
527 podem tornar o evento mais enxuto e com menos custos, com uma mesa-redonda para
528 cada eixo temático, fortalecendo as CCs; que os Anais sejam em digital para diminuir os



529 custos; que haja inscrição eletrônica de trabalhos; que os preços sejam diferenciados
530 para as diferentes categorias, mas isso teria um rebatimento no orçamento; e que haja
531 espaço alternativo para relatos de experiências pedagógicas – práticas pedagógicas
532 alternativas. Regina contribuiu e insistiu, inicialmente, em ressaltar que a AGB-São
533 Paulo estava mais para contribuir e menos para apresentar críticas pretensiosas; que o
534 tema do evento é caro e importante, e que a questão da “inclusão” remete a cuidados
535 especiais, por isso devendo ser tratado em âmbito técnico e em âmbito teórico, porque
536 há necessidades especiais e inclusão social, e a Educação Formal em geral e a Geografia
537 em particular não tem uma discussão maior e mais profunda; sobre o projeto, a temática
538 busca articular a prática pedagógica cotidiana com as vivências, podendo-se fazer uma
539 discussão sobre as políticas públicas de inclusão social e de como a escola formal lida
540 com essas questões; que a Geografia, através de seus componentes curriculares, tem
541 papel importante para a construção de uma sociedade mais justa; que práticas
542 pedagógicas e de inclusão social devem priorizar as questões políticas, com discussão
543 sobre políticas públicas e interesses externos, por exemplo; por outro lado, a questão da
544 escola, da sala de aula, o professor, devem possibilitar as discussões em torno da
545 atuação do professor e da prática docente, saber e experiência, histórias de vida; a
546 discussão sobre formação do professor deve se dar para além dos pontos do primeiro
547 eixo na proposta, com fragmentação no eixo um e discussão mais ampla, pensando na
548 formação do professor como crítica e reflexiva; sobre o processo de proletarização e,
549 por outro lado, a motivação para o trabalho; sobre o eixo dois proposto, sala de aula, a
550 articulação com a análise mais histórica do processo de precariedade do trabalho
551 docente e até da construção de um certo preconceito; sobre o eixo três da proposta,
552 tecnologias de ensino, devendo se apresentar menos tecnológica, estando relacionada às
553 necessidades dos professores e não meramente técnica. Nelson contribuiu salientando a
554 importância da escola pública e Educação; a questão da inclusão e das necessidades
555 especiais; que os EDs sejam realmente espaços de discussão e não como apresentação
556 de trabalhos; e que a filosofia do Fala Professor seja bem posta na proposta. Laurindo
557 contribuiu dizendo que a AGB-Catalão está à disposição para a construção coletiva do
558 encontro, em colaboração irrestrita, com a necessidade de participação também de
559 profissionais de outras áreas; que os mini-cursos se apresentem como espaços com
560 menos característica de oficinas, com experiências de práticas e vivências; que haja
561 eventos preparatórios incentivando a participação; que haja outra categorização para as
562 taxas de inscrição que atenda alunos e professores da rede, em especial. Marcel
563 contribuiu apontando o apoio ao evento porque se coloca como espaço para as
564 discussões relacionadas à Geografia e Educação; sugeriu tema sobre a formação do
565 professor, os currículos e o funcionamento dos cursos de Geografia; acentuou a
566 disposição da AGB-Uberlândia nos trabalhos e disponibiliza dados sobre os professores
567 da rede pública de Campinas para facilitar a divulgação. Alex contribuiu apontando a
568 importância de evento para a discussão sobre carga horária mínima dos cursos de
569 Geografia, uma vez que pode ser aprovada resolução com duas mil e quatrocentas horas
570 mínimas junto ao Conselho Nacional de Educação; que os trabalhos em Anais sejam os
571 que efetivamente forem apresentados no evento. Com as contribuições iniciais, passou-
572 se para a discussão específica de princípios e conteúdo. As contribuições se pautaram
573 sobre a questão da inclusão de forma mais abrangente, destacando a questão da Escola
574 Pública mas não descartando as discussões da Escola como um todo, como um sistema
575 excludente no sentido mais amplo, como a questão do ingresso nas universidades
576 passando pelos vestibulares, por Vinicius; atentar sobre a terminologia inclusão, pois há



577 sempre uma inclusão, subalterna que seja; pensar a multiculturalidade porque são as
578 culturas e a não a cultura, nas inclusões sócio-culturais em perspectiva, na direção da
579 diversidade cultural brasileira, por Falcão; sobre os trabalhos de campo envolvendo a
580 comunidade e um GT sobre Cerrado, represas e usinas hidroelétricas, por Laurindo;
581 sobre inclusão, que pressupõe também exclusão, e não perder de vista discussões
582 acumuladas no interior da Geografia e fora dela; da necessidade de discussão da prática
583 como os fazeres e as concepções da relação Geografia-Educação, por Willian; de espaço
584 de relatos de criações práticas inclusivas, mas também questionar seus limites e que não
585 substitua a discussão sobre políticas públicas; da dificuldade em não se apaixonar pelas
586 práticas criadas, ao mesmo tempo que o entusiasmo não deve ser limitador e inibir o
587 debate das políticas públicas, legitimando, inclusive, a ausência dessas políticas; criação
588 de contrapontos entre relatos de práticas e contextos sócio-econômicos e de ausências
589 de políticas públicas; e a presença de pequenos textos na exposição dos eixos, por
590 Nelson; que concepções e práticas parece ser mais ampla que à questão relacionada à
591 inclusão sócio-cultural, que diversidades culturais e perspectivas é mais conveniente
592 para não apontar a dubiedade inclusão-exclusão, ou uma proposta que contemple as
593 duas, como concepções e fazeres da relação Geografia e Educação – diversidades e
594 perspectivas, por Rodrigo; sobre a questão do voluntariado como política neoliberal
595 retirando responsabilidades do Estado e uma preocupação mais política sobre as
596 questões em debate, por Felipe; que o tema inclusão social deve contemplar a questão
597 dos telecentros de informática como ferramenta de inclusão social, também relacionado
598 à inclusão digital, por Alex; que o tema concepções e fazeres é profícuo, e que
599 diversidades culturais e perspectivas seria tema de um outro encontro, sobre inclusão-
600 exclusão como sendo o verso e o reverso da mesma questão, sendo que o evento pode
601 ser um espaço de discussão sobre o que seja inclusão e exclusão, e a inclusão que
602 queremos não é a subalterna, sendo que a própria inclusão social tem virado um mito,
603 por Regina; que não se trata de incluir alguns, mas é uma questão da sociedade
604 brasileira, por Vânia; pensar as realidades sociais em Educação invertendo a relação
605 inclusão/exclusão, sendo que a discussão da inclusão aponta para um ou outro sujeito
606 que advém desta terminologia, porque o problema não está nos sujeitos não-incluídos,
607 mas na Educação, que deve ser justa, por Vicente; que a partir da Comissão de Ensino
608 da AGB-BH a importância da presença de experiências diversas, daí a discussão
609 necessária sobre inclusão-excludente e a exclusão-includente, da discussão sobre a
610 indistinção entre público e privado no campo das práticas e concepções políticas, da
611 integração e intensificação da Geografia atando os fios desatados na discussão
612 fragmentada, por Willian; no pensar realidades sociais e participação efetiva de
613 professores, inclusive em mesas-redondas, por Nelson. Das contribuições, foram
614 sistematizadas duas propostas de tema para o VI Fala Professor: (um) “Concepções e
615 fazeres da relação Geografia e Educação: diversidades em perspectiva”; e (dois)
616 “Ensino de Geografia e desafios da Prática Pedagógica: a inclusão sócio-cultural em
617 perspectiva”. Em discussão, Falcão contribuiu sugerindo “Concepções e fazeres da
618 Geografia na Educação: diversidades em perspectiva”, inibindo uma possível dicotomia
619 entre Geografia e Educação, porque todos somos, como geógrafos, também educadores.
620 Augustinho atentou para a perspectiva do aluno e possibilidades para o professor. Em
621 nova síntese, uma terceira proposta de tema foi apontada: “Concepções e fazeres da
622 Geografia na Educação: diversidades em perspectiva”. Em votação, o tema do VI Fala
623 Professor foi aprovada com onze votos favoráveis e com a abstenção de Goiânia e a
624 ausência de Catalão. Antes de prosseguir com as discussões em torno do VI Fala



625 Professor, a RGC recebeu a presença da professora Marlene, diretora do Instituto de
626 Geografia da UFU, que desejou boas vindas a todos e que o VI Fala Professor seja tão
627 bom quanto os anteriores. Em seguida, Edvaldo abriu as discussões sobre a data do VI
628 Fala Professor. As contribuições se deram em duas direções, aproveitando o fim de
629 semana ou iniciando o evento na segunda-feira. Em síntese, foi consenso o início do VI
630 Fala Professor em uma segunda-feira, disponibilizando os fins de semana para o
631 deslocamento, sendo a data aprovada para 23 a 27 de julho de 2006. Logo em seguida,
632 seguiram as discussões em torno dos eixos e sub-eixos do VI Fala Professor. Alex
633 apontou a política educacional como eixo. Felipe apontou a política educacional como
634 eixo transversal. Regina observou que os três eixos inicialmente propostos não dão
635 conta da discussão política; que os sub-eixos do eixo três acabam reforçando o
636 treinamento de professores e não sua formação, adequando-se mais ao eixo dois
637 proposto, que os sub-eixos do eixo três podem levar a uma discussão mais técnica que
638 política em prejuízo da formação integral do professor. Adriany contribuiu dizendo que
639 era difícil dizer quais os eixos e sub-eixos que dariam conta do tema, também
640 perceptível em outros eventos que discutiram Geografia na Educação, que o eixo
641 transversal política educacional parece que dá conta na medida que perpassa todos os
642 eixos e sub-eixos. Willian apontou que na discussão na Comissão de Ensino da AGB-
643 BH sugeriu-se dois eixos, sintetizados em formação e na prática do professor, e política
644 educacional como eixo transversal, ficando como eixo um a formação em Geografia
645 com dois sub-eixos: formação inicial e formação continuada, e eixo dois como prática
646 profissional com dois sub-eixos: linguagem, técnica, método e condições e perspectivas
647 do trabalho docente em Geografia, e que os pontos dos sub-eixos na proposta inicial
648 poderiam ser pensados como temas para os EDPs e GTs, articulados. Regina salientou
649 que a proposta do Willian contempla as suas preocupações. Alexandre apontou a
650 necessidade de mais eixos além dos dois propostos por Willian, sobre política
651 educacional. Edvaldo insistiu na necessidade de simplificar os eixos para não criar
652 problemas como no XIV ENG. Derli salientou, pela experiência na dificuldade de
653 definir os eixos de trabalhos, a importância de definir pequenas ementas dos eixos e
654 sub-eixos. Felipe contribuiu apontando a importância da discussão das políticas
655 educacionais para dentro do evento, como um eixo, e que o eixo transversal versasse
656 sobre a diversidade. Calaça contribuiu apontando a possibilidade de se pensar a
657 organização dos EDPs com base nos resumos, podendo aparecer trabalhos não
658 contemplados nos eixos e sub-eixos, dividindo os trabalhos por afinidade dando-se o
659 debate por temas buscando romper a simples apresentação de trabalhos, sendo que os
660 sub-eixos sejam parte do processo de recebimento dos trabalhos, criados, portanto, *a*
661 *posteriori*. Alexandre, em consonância com Calaça, apontou que se os EDPs se
662 constituírem pelos trabalhos, o mesmo pode se dar para os GTs. Augusto apontou que
663 os sub-eixos ajudam no encaminhamento, salientando a posterior dificuldade sem a
664 definição prévia dos sub-eixos. Calaça insistiu para um encaminhamento mais racional e
665 mais prático, com disponibilização de pessoal para os trabalhos. Jones também
666 contribuiu no sentido de que a partir dos trabalhos se formem os sub-eixos,
667 contemplando a diversidade; o mesmo apontado por Edvaldo. Willian, em nova
668 contribuição, salientou que a AGB tem avançada na construção e discussão entre
669 Comissão Científica e Comissão Organizadora, destacando o papel das Locais que pode
670 ir além das tarefas fragmentadas e que a questão da diversidade não deve impossibilitar
671 a discussão da desigualdade. Nesse meio, Calaça sugeriu que primeiro se decidisse se
672 haveria eixos e sub-eixos ou só eixos. Na votação, definiu-se por apenas eixos (com dez



673 votos só eixos, quatro votos eixos e sub-eixos, e uma ausência – Catalão). Sobre a
674 definição dos eixos, as discussões se encaminharam para a contemplação da proposta
675 inicial apresentada por Willian, sintetizada em três eixos: I – Formação em Geografia; II
676 – Prática Profissional em Geografia; e, III – Política Educacional. Em seguida passou-se
677 à discussão sobre o eixo transversal, em que as contribuições também foram muitas e
678 variadas. Felipe propôs diversidade e desigualdade. Regina disse não haver redundância
679 entre diversidade e desigualdade. Falcão achou redundante, apontando a pluralidade e
680 diferenças de oportunidades como eixo transversal. Willian aludiu à questão da
681 igualdade, do fortalecimento da escola pública, do papel do Estado e da Organizações
682 Não-Governamentais – ONGs –, da escola dos dias da semana e os programas dos finais
683 de semana. Felipe voltou ao direito de igualdade e ao direito de ser diferente, do local e
684 do global, as idiosincrasias, as diferenças entre o eu e o outro. Nelson salientou a
685 discussão do contexto no uso das palavras diversidade e desigualdade, o que isso
686 significa; igualdade e diferenças e citando George Orwell, “todos são iguais, mais uns
687 são mais iguais que outros”. Jones salientou que diversidade e desigualdade, os termos,
688 devem ultrapassar leituras culturalistas e economicistas, ao mesmo tempo que abrem o
689 debate com outras áreas. Regina registrou a importância do respeito à diversidade com
690 Marx, sobre a diversidade na unidade do diverso; o reconhecimento e a afirmação da
691 diversidade e reafirmou a proposta desigualdade e diversidade, pois tende a reforçar a
692 diversidade. Rodrigo contribuiu apontando o aspecto da discriminação, talvez,
693 implicada no termo desigualdade, sugerindo primeiro diversidade e discriminação, mas
694 a importância de ir além das palavras negativas, daí sugerindo diversidade, igualdade e
695 respeito. Alex contribuiu exemplificando que empresas usam da questão da diversidade,
696 como o Banco do Brasil que vem salientando a diversidade no Banco do Brasil,
697 incluindo todas as raças nos informes publicitários, realçando uma certa diversidade.
698 Felipe sustenta a proposta mas aceitando a inversão dos termos, destacando a
699 diversidade, daí desigualdade e diversidade. Willian faz nova proposta: diversidade,
700 desigualdade e diferença. Em defesa, Felipe salientou que desigualdade e diversidade
701 engloba, mesmo que no contraponto, diferença e igualdade. Por sua vez, Rodrigo
702 destacou que diversidade, igualdade e respeito objetiva a superação da desigualdade e
703 também o respeito à diversidade, e respeito como contraponto à discriminação. Willian
704 retirou sua proposta. Em votação, por unanimidade (além de uma ausência, Catalão) foi
705 o aprovado o eixo transversal Desigualdade e Diversidade (deve-se registrar que a outra
706 proposta, foi feita por Rodrigo que não tinha direito a voto, o que esclarece, na medida
707 que todos os votos foram para a proposta Diversidade e Desigualdade, a unanimidade
708 na definição). Em seguida, passou-se para a discussão da estrutura do VI Fala Professor.
709 As contribuições se deram em sentidos diversos: horários de cada atividade; sobre a
710 maior presença de CCs para redução de custos; sobre os mini-cursos para os
711 professores; sobre o número de mesas-redondas por eixo; sobre os anfiteatros, salas e
712 assentos; sobre a simultaneidade de atividades; sobre diálogo ou conferência de abertura
713 e encerramento; sobre a possibilidade de espaços externos à Universidade e a projeção
714 de mesas-redondas em telões; sobre a participação do poder público e de empresas
715 privadas; sobre os espaços culturais e de sociabilidade; sobre a importância ser de fato o
716 “fala professor” e não o “escuta professor”; sobre a participação nas mesas-redondas de
717 professores da Educação Básica; sobre os trabalhos de campo, espaços de diálogo e
718 discussão política. Com a participação e contribuição da maioria, surgiram duas
719 propostas iniciais que, ao final, foram sintetizadas em apenas uma, aprovada por
720 unanimidade, apenas com a ausência de Catalão (de acordo com anexo 2). Em seguida,



721 sobre número de mesas-redondas por eixo, decidiu-se por duas mesas-redondas por eixo
722 temático. Sobre a taxa de inscrição, várias foram as contribuições: Alex aludiu à
723 necessidade de adequar o estatuto da AGE ao novo Código Civil, em que o termo sócio,
724 para a entidade, passaria a associado. Regina apontou que não se deve pensar em
725 valores elevados para um Fala Professor, mas que seria difícil a discussão sem a
726 definição de custos, posição corroborada por Willian, Calaça e Augusto, sugerindo o
727 inicial levantamento de custos pela Comissão Organizadora e discussão e deliberação
728 via canais de comunicação da AGB sobre taxas de inscrição. Edvaldo apontou, em
729 síntese, duas propostas: (um) a divisão entre associado estudante, associado professor e
730 não-associado, e (dois) associado e não-associado. Alexandre propôs que o fechamento
731 de valores se dê pela Comissão Examinadora a partir das seguintes categorias:
732 associado, professor da Educação Básica e não-associado. Michel entendeu a
733 necessidade de valores mais módicos para professores de fora, se não na inscrição pelo
734 menos no alojamento. Vicente também entende a importância da diferenciação
735 necessária para professores da Educação Básica. Willian, sobre custos, aludiu à
736 poupança coletiva em momentos anteriores a eventos e pergunta se o dinheiro deve ser
737 critério para participar dos eventos, aponta o trabalho como uma possibilidade uma vez
738 que os eventos da AGB não podem e não devem se tornar espaço de consumo; outra
739 sugestão, já com experiência no Sindicato da Educação de MG, é o cálculo de custos de
740 deslocamento para igualizar as oportunidades de participação, flexibilizando os valores
741 a partir das distâncias. Augusto insistiu na diferenciação para os estudantes de
742 graduação. Alexandre, em nova proposta, apontou a necessidade de divisão entre
743 associados estudantes, associados profissionais, professores da Educação Básica e não-
744 associados. Ao final, quatro propostas foram apontadas: (um) categorização simples
745 entre associados e não-associados; (dois) autonomia para a Comissão Organizadora
746 discutir categorias e valores; (três) mesma categoria para estudantes de graduação e
747 professores da Educação Básica; (quatro) preço de trinta reais para os professores da
748 Educação Básica e autonomia para a CO, garantindo a categorização entre estudante e
749 profissional. Uma votação foi precedente, a que definiu a autonomia da CO para
750 definição de categorias e preços, com resultado de oito a cinco pela não-autonomia na
751 categorização, mas autonomia na definição dos valores a partir da proposta de
752 categorização seguinte: estudantes e professores da Educação Básica na mesma
753 categoria, demais associados e não-associados. Sobre o calendário da VI Fala Professor,
754 decidiu-se que será definido pela Comissão Organizadora, com votação de dez
755 favoráveis e um desfavorável (Alexandre), este último com declaração de voto: que a
756 CO assuma, com isso, todas as outras atividades do evento, pois sem prazos definidos e
757 sem a definição de quem vai fazer o que, poderá haver sobrecarga à CO. Em seguida,
758 discutiu-se sobre a Comissão Organizadora – CO – com a aprovação por consenso da
759 Coordenação Geral a cargo da DEN e AGB-Uberlândia. Calaça rapidamente salientou a
760 importância de participação na Comissão Organizadora da AGB-Goiânia, da AGB-
761 Uberaba e também da AGB-Belo Horizonte. Em interrupção das discussões em torno do
762 VI Fala Professor, encaminhou-se, como último ponto de pauta do dia três, as
763 discussões sobre a sede do XV ENG. Edvaldo apontou rapidamente que de início
764 haviam duas candidaturas – Bauru e São Paulo – e que houve a retirada da primeira e a
765 permanência da segunda. Regina, da AGB-São Paulo, reiterou que a Seção São Paulo
766 mantinha a propositura, mas salientou que até este dia desconhecia a proposta; disse que
767 a atual diretoria ainda não havia discutido a proposta mas que fora aprovada em
768 Assembléia pela diretoria anterior, e a nova diretoria, que assumiu no início de



769 setembro, manteve o encaminhamento da candidatura; destacou que já foi feita gestão
770 junto ao Departamento de Geografia da USP e que obtiveram o apoio para a realização
771 do evento, com apoio logístico também da Comissão Organizadora do EGAL, da
772 mesma forma também a PUC-São Paulo e Faculdade de Educação da USP
773 manifestaram apoio. Em votação, São Paulo foi aprovado por unanimidade como sede
774 do XV Encontro Nacional de Geógrafos, em dois mil e oito. Foram, às dezenove horas e
775 quarenta minutos, encerrados os trabalhos do dia três. Na manhã seguinte, no dia quatro,
776 os trabalhos reiniciaram às oito horas e quarenta e cinco minutos. Edvaldo encaminhou
777 a retomada das discussões sobre o VI Fala Professor, partindo para a formação da
778 Comissão Organizadora, ficando assim definida: Comissão Financeira: DEN e Seção
779 Uberlândia; Comissão Cultural: Seção Uberlândia; Comissão de Apoio a Estudantes
780 (alojamento, etc): Seção Uberlândia e entidades estudantis locais; Comissão de Apoio a
781 Convidados: Seção Uberlândia; Comissão de Alimentação: Seção Uberlândia;
782 Comissão de Trabalhos de Campo: Seção Uberlândia; Comissão de Sensibilização e
783 Divulgação: DEN e Seção Uberlândia; Comissão de Patrocínio: DEN e Seção
784 Uberlândia; Comissão de Infra-Estrutura: Seção Uberlândia; Comissão de Segurança:
785 Seção Uberlândia. Sobre a Comissão de EDPs, inicialmente a Seção-Belo Horizonte
786 havia assumido; contudo, Alexandre ponderou a possibilidade de uma comissão única
787 que agregasse tanto o recebimento e análise dos EDPs e das CCs, resvalando para uma
788 discussão sem seguida. Willian sustentou a disposição da Seção-Belo Horizonte como
789 Comissão dos EDPs uma vez que fora decisão proveniente de discussão junto à Local.
790 Já Calaça, em corroboração a Alexandre, sustentou a necessidade de unificação no
791 recebimento e sistematização dos trabalhos de EDPs e das propostas de CCs, e que a
792 Seção-Goiânia se disponibilizava para a Comissão. O impasse levou às proposituras de
793 centralização ou não dos EDPs e CCs e, em votação, por oito votos a quatro, e com as
794 abstenções da DEN e de Seção São Paulo, definiu-se pela centralização dos trabalhos,
795 ficando responsável a AGB-Goiânia pela Comissão de EDs, CCs e Publicação. Willian
796 questionou o procedimento da RGC no caso, salientando que “a RGC definiu o poder”.
797 Seguindo os trabalhos, a Comissão de Inscrição, Credenciamento e Certificados foi
798 atribuída a DEN e à Seção Uberlândia. Em finalização ao este ponto de pauta, a
799 Comissão Organizadora ficou assim definida: DEN, Seção Uberlândia, Seção Goiânia e
800 em aberto a Seção Belo Horizonte, com definição a partir da ata da RGC. Em seguida,
801 discutiu-se sobre o aceite ou não de trabalhos, encaminhado por Edvaldo. Augusto
802 apontou a importância de não vetar trabalhos em respeito às definições históricas da
803 AGB. Felipe, na mesma direção, questionou até que ponto a categorização deixa
804 explícita ou implícita o cerceamento de trabalhos, propondo o fortalecimento dos EDPs
805 como espaço horizontalizado, portanto, com o não cerceamento de trabalhos. Vicente
806 contribuiu dizendo que se todos os trabalhos fossem aceitos, não haveria a necessidade
807 de resumos primeiro e trabalhos expandidos depois. Calaça salientou que o Fala
808 Professor tem sua especificidade, por isso deveria haver um nível mínimo de exigência
809 para trabalhos originários de pesquisa e experiências de alternativas de práticas
810 pedagógicas. Jones contribuiu apontando a categorização apenas como indicação,
811 ressaltando a relação entre trabalhos originários de pesquisa e experiências, primando
812 pela horizontalização e, a princípio, sem cerceamento de trabalhos. Felipe relatou
813 experiência de publicação de textos-relatos da diversidade de sujeitos de uma escola,
814 salientando a relação indispensável entre teoria e prática; propôs, daí, que o próprio
815 autor possa sinalizar no trabalho a modalidade, se prática, se relato, se pesquisa. Willian
816 salientou a necessidade de aceitação de apenas um trabalho por autor; fez críticas ao



817 produtivismo que tem constrangido a AGB porque os eventos acabam sendo de
818 apresentação de trabalhos, o que fez reduzir a participação de pessoas que não tem
819 pesquisa, principalmente de professores da Educação Básica; exemplificou dizendo que
820 a AGB-BH, após às RGCs, cria grupos temáticos para as discussões. Adriano, em
821 corroboração a Willian, também salientou sua preocupação com a corrida da produção
822 acadêmica, devendo os trabalhos passarem por uma avaliação mínima e apenas um
823 trabalho por autor, podendo criar um descrédito para a entidade se não houver avaliação
824 de trabalhos, uma vez que o evento é científico; também, que os EDPs não podem virar
825 só apresentação de trabalhos. Vicente, em nova contribuição, reforça que eventos tem se
826 transformado em base para enchimento de currículo, daí a importância de um mínimo
827 de peneiramento. Augustinho salientou também a necessidade de classificar os mais
828 interessantes trabalhos, devendo-se considerar, também, que pode ser mais um evento
829 de estudantes do que de professores. Anísio apontou a necessidade de definir número de
830 trabalhos por sala, com um trabalho por autor e acabar com a co-autoria. Em busca de
831 sistematização, Edvaldo insistiu em se pensar em um mecanismo para possibilitar a
832 participação efetiva dos professores, corroborando com a idéia de não recusa de
833 trabalho; contudo, externalizou sua preocupação com resumos, por exemplo, de cinco
834 linhas e com possíveis trabalhos até copiados da internet. Alexandre, a partir da
835 experiência do V Fala Professor, em Presidente Prudente, sugeriu a separação, na
836 publicação, entre trabalho científico e relatos de experiências, mas não nos EDPs, com
837 pré-indicações da modalidade, com seleção só dos trabalhos científicos. Felipe, em nova
838 contribuição, reforçou a necessidade de se primar pela horizontalidade. Derly também
839 se posicionou em preocupação com o produtivismo. Jones reforçou dizendo que o
840 produtivismo é uma constante no interior da Universidade, também para professores e
841 não apenas por alunos. Em nova sistematização, Edvaldo apontou as propostas que
842 foram assim votadas: sobre a separação na publicação entre trabalhos científicos e
843 experiências, foi aprovado por nove votos a quatro, com abstenções da DEN e ausência
844 de Catalão; sobre a recusa de trabalhos após avaliação, foi aprovada por nove votos
845 contra quatro, com abstenção da DEN e ausência de Catalão; sobre recusa de relatos de
846 experiências, foi aprovada a não-recusa por nove votos a cinco, com a ausência de
847 Catalão; sobre a proposta de se aceitar apenas um trabalho por autor, foi aprovada
848 unanimemente, com a ausência de Catalão; sobre formatos de trabalho, trabalhos
849 científicos e experiências, aprovado por unanimidade. Em manifestação sobre as
850 votações, Augusto se posicionou falando da decepção AGB-Rio na medida que a RGC
851 aprovou a avaliação dos trabalhos o que pode resultar na recusa de trabalhos;
852 acompanharam a posição a AGB-BH e a AGB-Niterói. Por sua vez, Alexandre, da
853 AGB-Presidente Prudente, salientou que a RGC promoveu um avanço na medida que
854 aprovou a seleção de trabalho científicos e a separação das experiências e dos trabalhos
855 na publicação; acompanharam a manifestação a AGB-Uberlândia, a AGB-Uberaba, a
856 AGB-Cuiabá e a AGB-Brasília. Em seguida, passou-se à discussão sobre a Comissão
857 Científica do VI Fala Professor. As discussões foram breves e delas resultou o
858 encaminhamento seguinte: discussão pelas Locais atentando para o perfil com
859 identidade com a AGB, organicidade e compromisso no evento, prioritariamente em
860 atuação na área de ensino, com dois nomes por Seção Local, com prazo definido para o
861 encaminhamento dos nomes até vinte de novembro, via AGB-interseções e, a
862 Coordenação da Comissão Científica, a ser definida até o dia seis de novembro pela
863 AGB-Uberlândia. Seguindo, passou-se à discussão dos títulos e membros das mesas-
864 redondas, sendo duas por eixo, totalizando seis mesas. As discussões versaram sobre a



865 não necessidade dos membros serem apenas professores ou acadêmicos, com, inclusive,
866 a participação de pessoas locais com experiência nas temas; que coordenador pode ser
867 parte da mesa e não apenas coordenador, mas também um expositor; e o número de
868 membros na mesa. Sobre este último ponto, definiu-se, em votação, que cada mesa será
869 composta por no máximo três participantes, com votação de sete a seis e uma abstenção
870 (a outra proposta versava sobre a participação de até quatro membros). Sobre os títulos
871 das mesas, aprovou-se que serão definidos pela Comissão Científica, proposta votada
872 por unanimidade. Em seguida, discutiu-se sobre o número de EDPs por sala. As
873 discussões, sobretudo, versaram sobre a importância de não fazer dos espaços simples
874 momentos de apresentação de trabalhos, mas, a partir de temáticas, uma discussão
875 coletiva de sua própria dinâmica com a coordenação incentivando nesta direção.
876 Decidiu-se, então, o indicativo de vinte trabalhos por sala de EDPs, a depender da
877 disponibilidade de do espaço físico, também ficando definido que a organização
878 disponibilizará apenas retroprojeto e não data-show. O ponto relativo a certificados foi
879 encaminhado para a próxima RGC. Em seguida, sobre as fontes de financiamento do VI
880 Fala Professor, após contribuições de Calaça – sobre a experiência de Rio Branco com
881 financiamentos de governos municipal e estadual intermediados pelo senador Sibá do
882 PT, devendo ficar clara, agora, qualquer relação com o VI Fala Professor, se houver, e
883 possibilidade de apoio do CNPq, FAPEMIG e parcerias como o governo do Estado –,
884 de Augusto – que qualquer apoio é válido desde que não cerceie em nada no evento –,
885 de Willian – que entendeu que a prioridade deve ser dada às agências estatais e que,
886 sobre as agências privadas (e também não-privadas), o não aceite de apoio daquelas que
887 desenvolvem práticas deletérias; que a AGB-BH se coloca como pivô junto à
888 FAPEMIG. A partir das posições, construiu-se a proposta que apontou a autonomia da
889 Comissão Organizadora para a captação de apoio, desde que o apoio não interfira ou
890 cerceie o evento. Na votação houve uma abstenção e declaração de voto da AGB-
891 Brasília, a de não concordância em solicitar recursos ao Crea se a entidade não tem
892 participado dos eventos da AGB. Em seguida, sobre a forma de inscrição, definiu-se
893 pelo encaminhamento de que as deliberações sobre a questão passassem à Comissão
894 Organizadora. Ao meio dia e trinta minutos foram encerrados os trabalhos da manhã do
895 dia três, retornando às catorze horas e trinta minutos. Com a discussões em torno do VI
896 Fala Professor encerradas para esta RGC, passou-se à discussão do plebiscito sobre a
897 participação da AGB no sistema Confea-Crea. Edvaldo encaminhou no sentido de se
898 discutir, inicialmente, o formato e o calendário do plebiscito. Rodrigo – da DEN – fez a
899 exposição do projeto de proposta, com necessidade de se fechar a frase da abertura, com
900 calendário em dois mil e sete para as discussões e em vinte e nove de maio de dois mil e
901 oito para o dia do plebiscito; com debates por Locais; com o AGB-Notícias como canal
902 para posições pró e contra; com Assembléia Geral para, se precisar, mudança de
903 estatuto, com mudança apenas do ponto relativo ao Confea-Crea; e apresentação da
904 Carta do Confea desligando a AGB do sistema por problemas de documentação. Em
905 discussão, Alex se posicionou apontando a resolução 1.010 do Confea-Crea que definia
906 as atribuições das várias categorias; sem conselheiro, os geógrafos ficaram vulneráveis,
907 sem defesa, e questões ligadas à climatologia, pedologia, por exemplo, não mais seriam
908 da atribuição de geógrafos; salientou que a carta de descredenciamento é praxe do
909 sistema; da contribuição do sistema em eventos da AGB-Brasília; que o
910 descredenciamento da AGB se dará até o momento de envio da documentação
911 pertinente; que não se tem visto nos últimos anos uma atuação maior da AGB sobre a
912 Geografia no sistema, inclusive em relação a concursos; que, no Incra, por exemplo,



913 tem ocorrido um reduzido número de concursos para geógrafos, diferentemente de
914 outras áreas; da necessidade de sensibilidade da DEN e das Locais para a questão,
915 afinal, os geógrafos bacharéis também existem; da importante atuação da AGB-Brasília
916 nos embates, especialmente em relação à Geografia na participação de concursos.
917 Rodrigo, em nova contribuição, salientou que se o resultado do plebiscito seja sim, a
918 eleição do representante da AGB no Confea deverá se dar apenas com os associados no
919 sistema, com, por isso, necessidade de mudança do estatuto da AGB. Falcão perguntou
920 sobre o custo do plebiscito e que, com sim ou não, é a Assembléia que homologa o
921 plebiscito e acata ou não o resultado para fins de mudança estatutária. Novamente
922 Rodrigo contribuiu dizendo que a saída da AGB no sistema não implica na saída dos
923 geógrafos associados ao sistema; que a relação AGB-Confea será debatida durante os
924 debates do plebiscito. Edvaldo salientou que a idéia é provocar o debate nas Locais,
925 sendo o momento, na RGC, para organizar o formato do plebiscito. Regina ressaltou
926 que em ambos os resultados deve haver mudança estatutária, em assembléia convocada
927 só para isso, seguida pela posição de Augusto que disse que o plebiscito é um indicativo
928 para a assembléia, referendando ou não. Calaça apontou que a AGB-Goiânia tem uma
929 boa relação com o Crea; e pergunta como será feita a votação uma vez que há
930 dificuldades de reunião dos associados, e que toda assembléia é soberana, daí que o
931 plebiscito é apenas um indicativo. Felipe salientou que a AGB está apenas
932 descredenciada e não sem representação, devendo-se considerar a concepção de
933 entidade, a AGB como participativa e associativa, de que quem faz a AGB são as
934 pessoas que participam da AGB, daí que os geógrafos técnicos devem participar da
935 AGB, especialmente. Michel, por sua vez, contribuiu dizendo que as reuniões nas locais
936 refletirão as realidades locais-regionais e não a nacional, daí a necessidade de debate
937 envolvendo as relações nas várias regionais. Selis pergunta se o descredenciamento da
938 AGB Nacional no sistema implica na impossibilidade de credenciamento das Locais no
939 Crea. Alex esclareceu que as Locais devem seguir o estatuto da Nacional. Selis, então,
940 apontou a necessidade de mudança do estatuto da AGB para atender os interesses dos
941 geógrafos. Alexandre insistiu que juridicamente todas as AGBs Locais são
942 independentes. Rodrigo novamente contribuiu dizendo que quem faz a AGB é, de fato,
943 quem participa, que o geógrafo deve lutar pelos seus interesses e que a Seção Curitiba
944 modificou o estatuto, em 2001, independente da AGB Nacional. Alex salientou que o
945 Confea-Crea está lá e é assim, e que a AGB-Brasília tem boa relação com o Crea-DF;
946 da necessidade de registro em dia. Willian salientou que o não envio do projeto e de
947 explicações anteriormente às Locais prejudica o debate e o voto, e que as explicações
948 postas por Rodrigo e Alex devem figurar na página da entidade, não o debate em si mas
949 a explicação da relação AGB-sistema, e que historicamente a Seção BH é contra a
950 exclusividade dos bacharéis na questão. Falcão, salientando que é filiado ao sistema
951 desde 1982, entende importante a participação no Confea-Crea mas o plebiscito cria
952 mais problemas que ajuda. Felipe novamente insistiu sobre a necessidade de debate
953 amplo sobre concepção de entidade, pois há um debate que é subjetivo sobre concepção
954 e entidade; que não é culpa do estatuto, mas do conteúdo da participação de bacharéis
955 no interior da AGB. Calaça, voltando à questão sobre a AGB-Curitiba, apontou que não
956 parece haver grandes problemas no estatuto da AGB Curitiba. Edvaldo fez
957 esclarecimento a partir do artigo quarenta e cinco, apontando que as Locais tem
958 regulamento e não estatuto. Rodrigo, voltando à questão do plebiscito, entendeu
959 possível a exposição dos esclarecimentos na página da AGB; esclarece sobre a
960 convocação das assembléias, que as Locais devem seguir as posições da AGB Nacional,



961 se a AGB diz que a relação com o sistema continua, as Locais acompanham, caso
962 contrário é descumprimento do estatuto. Augusto sugeriu que a discussão retorne
963 primeiro às Locais. Falcão novamente contribuiu encaminhando proposta de que a DEN
964 organize o plebiscito com as duas assembleias (ordinária e extraordinária), com
965 plebiscito no evento e debate e discussão na base; defendeu que a AGB também abarque
966 os bacharéis. A partir do impasse entre as propostas apresentadas por Rodrigo e Falcão,
967 a DEN acatou as contribuições de Falcão – votação do plebiscito nos dias do XV ENG e
968 não antes – e construirá um novo projeto de proposta, que será encaminhada para as
969 Locais para discussão, com aprovação ou não na próxima RGC. Willian salientou a
970 importância de se discutir os caminhos do processo na relação RGCs-Locais e Locais-
971 RGCs. Também Augusto insistiu que a DEN encaminhe às Locais documento
972 historicizando o processo. Como registro, aponta-se que às dezessete horas do dia
973 quatro, ausentaram-se da RGC as AGBs Rio, Niterói e Uberaba. Passou-se, em seguida,
974 à discussão sobre a política financeira da AGB. Em encaminhamento, definiu-se a
975 passagem da discussão para as Locais, a partir de proposta previa da DEN (com
976 contribuições de Falcão e Nelson). Em seguida, passou-se à discussão sobre a Geografia
977 e questão étnico-racial brasileira, ponto de inclusão de pauta solicitado por Willian e
978 com base em documento enviado por email. Willian destacou a importância de
979 discussão na AGB sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que vem ocorrendo desde
980 1998, a partir de Projeto de Lei; é uma problemática, entende, que a AGB deve discutir,
981 com proposta para a criação de um Grupo Temático com agebeanos e interessados;
982 salientou a recente obrigatoriedade da História da África e História dos Afro-
983 descendentes nas escolas; que encaminhou o estatuto via agb-interseções; que a AGB-
984 BH se prontifica como secretaria de grupo temático sobre a questão, para que, quem
985 sabe, até o VI Fala Professor, trazer as contribuições. Jones referendou as posições de
986 Willian. Alexandre insistiu que as Locais se empenhem nesta discussão. As propostas
987 apontadas por Willian foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, passou-se à
988 discussão sobre o calendário das RGCs, ficando assim definido: quatro RGC por ano,
989 sendo as do ano de dois mil e sete as seguintes: a 91ª RGC em São Paulo, em 25, 26, 27
990 e 28 de janeiro; a 92ª RGC, ainda a definir, para Porto Alegre, também a definir a data
991 inicialmente apontada para 28, 29 e 30 de abril e 1º de maio; a 93ª RGC durante o VI
992 Fala Professor, em julho; a 94ª RGC em aberto, para o segundo semestre, com
993 possibilidade para ser em Cuiabá. Em seguida, Alex falou sobre o Parecer do Conselho
994 Nacional de Educação CNE-CES 329-2004, ainda não homologado, que define o
995 mínimo de duas mil e quatrocentas horas para o curso de bacharelado em Geografia. As
996 discussões se concentraram em apontamentos sobre a repercussão da medida sobre os
997 cursos de bacharelado e de licenciatura e o papel do lobby das instituições privadas de
998 ensino. Como encaminhamento pela DEN, foi proposto o envio de documento ao MEC
999 com posição da AGB contrária à homologação do Parecer. O documento foi redigido
1000 por Alex e Selis, lido, discutido e melhorado, sendo ao final aprovado pela RGC com
1001 imediato envio para o MEC (de acordo com anexo 4). Em seguida, ainda sobre o ponto
1002 anterior, Willian perguntou se alguém tinha dados sobre o número de formados em
1003 bacharéis e atuação profissional, apontando a importância da AGB ter estes dados,
1004 retomando um processo iniciado em 2003 para levantar o número de egressos com
1005 número de registrados no Confea-Crea, cabendo a cada local este levantamento. Calaça
1006 contribuiu dizendo que em Goiânia pode-se buscar informações sobre formação e
1007 inserção no mercado de trabalho. Nelson também contribuiu salientando que a inserção
1008 do geógrafo no mercado de trabalho é uma questão mais profunda e vai além da



1009 formação. Por fim, Willian observou que os geógrafos se espalham pelo Brasil, sendo
1010 importante ter informações básicas sobre formação e ingresso no mercado de trabalho.
1011 Em seguida, Edvaldo propôs a criação de uma relação via internet mais
1012 institucionalizada entre DEN e Locais, a partir de um grupo de e-mails de diretorias
1013 para questões ligados a aspectos administrativo-burocráticos da AGB. Calaça reforçou
1014 dizendo que o objetivo é agilizar os contatos, independente da diretoria que estiver na
1015 Local, apontando o prazo de até trinta de novembro para o envio dos e-mails das
1016 diretorias para a DEN. Proposta aprovada. Em seguida, sobre o AGB-Notícias, Edvaldo
1017 apontou que serão retomados os trabalhos, com previsão de que o próximo informativo
1018 seja divulgado, na página da AGB, até o final do ano. Regina perguntou sobre os
1019 associados que não utilizam a internet. Michel sugeriu que as Locais, então, façam
1020 também a impressão do informativo para a distribuição. Edvaldo também insistiu que as
1021 Locais encaminhem os endereços eletrônicos de todos os associados. Em seguida,
1022 Edvaldo abriu as discussões sobre o sítio oficial da AGB e sua reformulação; o mesmo
1023 salientou a necessidade de profissionalizar a sua atualização e perguntou se alguma
1024 Local tem alguém com o perfil para este trabalho. Gisele, da AGB-Cuiabá se
1025 prontificou na atualização, com custo zero. Alexandre questionou se, com isso, não
1026 estaríamos de novo personalizando, como no caso de Jorge e Hildenburgo; entendia que
1027 a contratação facilitaria em função da mudança de diretoria. Calaça salientou que, na
1028 reunião da DEN em São Paulo, decidiu-se não entrar no conflito entre Jorge e
1029 Hildenburgo; que era interessante, pelo menos provisoriamente, aceitar a colaboração
1030 de Cuiabá, com proposta de atualização vinda das Locais. Willian lembrou que há
1031 pendências no sítio, como os resumos do 6º CBG; que o sítio cibergeo, hoje, depõe
1032 contra a AGB, portanto solicitar indisponibilidade; que conste na página da AGB o
1033 logotipo só da AGB, e para eventos outros o endereço correspondente. Falcão sugeriu
1034 que figurasse na página da AGB www.agb.org.br que o sítio cibergeo não mais
1035 representa a AGB. Alexandre propôs que se solicitasse a Hildenburgo que retire a
1036 página. Edvaldo, sobre o processo de inserção de informações na página, informou que
1037 haverá um grupo no interior da DEN que receberá, filtrará e encaminhará as
1038 informações para o sítio. Michel sugeriu que no interior do sítio da AGB também
1039 constassem links das seções locais. Alex, que as informações do cibergeo passassem
1040 para o www.agb.org.br. E, Willian, que no sítio houvesse colunas diferentes para
1041 eventos das AGBs e de outros. Em seguida, sobre a Resolução 488 do sistema Confea-
1042 Crea, a DEN, juntamente com Alex, disponibilizarão as informações junto às Locais.
1043 Em seguida, passou-se ao ponta da prestação de contas das Locais. Alexandre pediu
1044 sugestão de datas sobre prestação e talões. Willian propôs que as Seções ativas tenham
1045 até dezembro como prazo, com o provimento de talões na RGC em janeiro. Alexandre,
1046 considerando que se está no último trimestre do ano e para motivar novas filiações e
1047 pagamento de anuidade, que se considere que as filiações a partir de outubro possam
1048 vigor também para o ano seguinte. Por fim, decidiu-se que a data de prestação de contas
1049 seria definida pela tesouraria. Fechando os trabalhos da 90ª RGC, Calaça, Alex, Willian,
1050 Nelson, Alexandre, Regina, Selis, Rodrigo, Falcão, Jones, Adriany e Edvaldo, cada um
1051 ou uma a sua maneira, manifestaram suas posições sobre a acolhida em Uberlândia,
1052 sobre a forma de encaminhamento dos trabalhos, sobre a escolha de São Paulo como
1053 sede do XV ENG, sobre a importante participação de número expressivo de Locais
1054 presentes, sobre a disposição nos trabalhos da AGB e em especial no VI Fala Professor,
1055 sobretudo. Edvaldo, encerrando os trabalhos, salientou a disposição da DEN no trabalho
1056 sempre coletivo com a participação maior possível de membros nas RGCs, na



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

1057 construção do VI Fala Professor contemplando a diversidade, agradeceu a AGB-
1058 Uberlândia e ressaltou que certamente ter-se-á, em julho de dois mil e sete, um grande
1059 evento, e, em São Paulo, em dois mil e oito, um grande ENG, sendo a DEN premiada
1060 com as escolhas das sedes do VI Fala Professor e do XV ENG. Edvaldo, em seguida,
1061 encerrou os trabalhos, às vinte horas e cinquenta minutos. Eu, Jones Dari Goettert, 1º
1062 secretário da DEN, lavrei a presente ata que será lida, aprovada e assinada por mim e
1063 demais presentes. Uberlândia – MG, 02, 03 e 04 de novembro de 2006.